



Revista Brasileira de
CIÊNCIAS DO ESPORTE

www.rbceonline.org.br



ARTIGO ORIGINAL

Editoração científica e os descaminhos das políticas: experiências da *Revista Pensar a Prática*

Cleber Dias^{a,c,*}, Ana Márcia Silva^{b,d}

^aDepartamento de Educação Física, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

^bFaculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil

^cEditor da Revista *Pensar a Prática* entre 2010 e 2013

^dEditora da Revista *Pensar a Prática* desde 2008

Recebido em 25 de junho de 2013; aceito em 13 de outubro de 2013

PALAVRAS-CHAVE

Editoração;
Bibliometria;
Avaliação;
Ciência

Resumo Tomando nossa experiência como editores da Revista *Pensar a Prática*, o artigo analisa alguns dos desafios atualmente apresentados ao trabalho editorial, considerando, simultaneamente, dificuldades cotidianas e incidências das macro políticas científicas sobre esse trabalho. A adoção de critérios meramente quantitativos, a utilização de índices bibliométricos de bases de dados estrangeiras para avaliação de desempenhos científicos e a progressiva dependência funcional das comunidades científicas a esses mecanismos, com leniência de muitos pesquisadores, são os principais elementos apontados para a compreensão desse cenário.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda.

Este é um artigo Open Access sob a licença de [CC BY-NC-ND](#)

KEYWORDS

Publishing;
Bibliometrics;
Evaluation;
Science

Scientific publishing and the challenges of policy: experiences in the *Pensar a Prática* Review

Abstract From our experience like *Pensar a Prática* Review's editors, the article analyses some challenges of publishing work, talking simultaneously about daily difficulties and the influences of scientific policies on this work. The exclusive adoption of quantitative criteria, the use of bibliometric parameters from foreign index for evaluation of scientific performances, and the functional dependence progressive of the scientific communities of these mechanisms, with leniency of many researches, are the main elements point out to understanding this scenario.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. All rights reserved.

*Autor para correspondência.

E-mail: cleberdiasufmg@gmail.com (C. Dias).

PALABRAS CLAVE

Edición;
Bibliometría;
Evaluación;
Ciencia

Dirección editorial científica y las desviaciones de la política: experiencias de la Revista *Pensar a Prática*

Resumen Tomando nuestra experiencia como editores de la Revista *Pensar a Prática*, el artículo examina algunos de los retos presentados actualmente a la labor editorial, teniendo en cuenta simultáneamente dificultades cotidianas e impactos de las macro políticas científicas en este trabajo. La adopción de criterios puramente cuantitativos, el uso de indicadores bibliométricos de bases de datos extranjeras para evaluación de desempeño científico y la progresiva dependencia funcional de las comunidades científicas de estos mecanismos con la indulgencia de muchos investigadores, son los principales elementos apuntados para la comprensión de este escenario.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda.

Este é um artigo Open Access sob a licença de [CC BY-NC-ND](#)

Um balanço a respeito dos rumos das políticas editoriais, tal como propõe este dossiê, corre algum risco de se tornar um muro de lamentações quando o ponto de vista privilegiado é o dos editores. Isto porque essas personagens trabalham muitas vezes isoladas, sem muitas oportunidades de compartilhar inquietações ou intercambiar reflexões. Além disso, os editores também são obrigados a se confrontarem com exigências múltiplas, cada vez maiores e complexas, em circunstâncias, todavia, grotescamente amadoras. Com razão, autores exigem-lhes celeridade na avaliação de manuscritos, ao mesmo tempo em que o número de submissões, como veremos, cresce aceleradamente. Indexadores, por seu turno, exigem-lhes cumprimento de normas técnicas bastante minuciosas, ao mesmo tempo em que revisores, por motivos diversos, mostram-se cada vez menos disponíveis para a apreciação de manuscritos.

Embora distorções no modo de relacionamento de pesquisadores com os periódicos e com o processo de publicação de maneira geral venham sendo criticadas ultimamente (Carpinteiro, 2012; Castiel; Sanz-Valero, 2007; Lemos, 2005; Rocha-e-Silva, 2009; Rodrigues, 2007, 2010; Vaz; Tabora de Oliveira, 2010), ainda é verdade, de todo modo, que a publicação foi, é e muito provavelmente continuará sendo uma etapa decisiva do trabalho científico. A publicação é a culminância do processo de pesquisa; o momento no qual pesquisadores veem e dão a ver os resultados de suas pesquisas, retroalimentando, assim, todo o processo de produção de novos conhecimentos.

Apesar da importância, essa etapa tem sido consideravelmente negligenciada no Brasil. Regra geral, a organização e o desenvolvimento de um periódico é o resultado do empenho pessoal de um grupo reduzido de pessoas, que diz respeito aos editores, mas também aos membros dos conselhos editoriais e os revisores *ad hoc*, que voluntariamente se dedicam à tarefa, sem um reconhecimento satisfatório dos mecanismos de avaliação das principais agências de fomento. Discussões sobre a necessidade de criação de estímulos nesse sentido expressam bem nossos limites. De um lado, fala-se da possibilidade de criação de uma bolsa-editor; de outro, discute-se como aumentar a importância atribuída à participação em conselhos editoriais e na revisão de manuscritos. Tudo ainda sem efeito prático.

Devido à própria importância dessa etapa, refletir sobre a editoração científica é refletir sobre toda a cadeia produtiva da ciência. O que se vê publicado nas páginas dos nossos

periódicos é o espelho do que é e do que não é a nossa ciência. Nesse sentido, há pelo menos duas naturezas de dificuldades contra as quais o trabalho editorial precisa se confrontar. Em primeiro lugar, há as dificuldades de natureza operacionais, de ordem mais cotidiana, quase prosaica: alguns revisores não respondem, enviam pareceres pouco substanciados e/ou não cumprem prazos. Autores, por outro lado, apresentam trabalhos claramente inacabados, muitas vezes de forma até displicente, desprezando inteiramente às vezes as diretrizes da revista. Para além da dimensão individual, Programas de Pós-Graduação, temerosos de maus desempenhos em suas avaliações, têm colaborado para algumas dessas más práticas. Alguns deles têm adotado a submissão de trabalhos a periódicos como parâmetro de avaliação discente, de modo que sem a submissão de artigos, alunos são impedidos de defenderem suas teses e dissertações. Em casos mais extremos, mas talvez cada vez mais comuns, exige-se a submissão até mesmo de trabalhos elaborados no contexto de disciplinas.

À primeira vista, pode parecer positiva esta prática, na medida em que, supostamente, incentivaria estudantes a se engajarem no processo de pesquisa e produção de conhecimento novo. Na prática, porém, há algo de contra produtivo nisso, pois nem tudo que se escreve deve ser apresentado publicamente. Há coisas que devem mesmo ser entregues à crítica roedora dos ratos. Um trabalho deve ser submetido ao escrutínio de um periódico, isto é, à apreciação de toda a comunidade com o qual ele pretende estabelecer interlocução, apenas quando se trata de algo de fato relevante e original, efetivamente em condições de oferecer uma contribuição para o progresso do conhecimento em certa área ou disciplina. Não é sensato supor que todo e qualquer texto, mesmo quando elaborado por neófitos, em circunstâncias diversas e com finalidades outras venha a ter esses méritos.

Além disso tudo, há também as dificuldades de natureza estruturais, em larga medida reflexos das políticas científicas que vêm se desenrolando nos últimos anos. A produtividade científica nacional tem aumentado abruptamente nos últimos anos, mas o número de patentes, em contrapartida, diminuiu. A estratificação de revistas, embora razoável em certa medida, apresenta muitos limites; primeiro, pela falta de verossimilhança com a realidade (Rocha-e-Silva, 2009); segundo, por induzir a uma espécie de círculo vicioso, em que as melhores revistas recebem os melhores trabalhos,

tornando-se cada vez melhores, enquanto as demais têm poucas oportunidades de se desenvolver – na medida em que tendem a receber manuscritos que os próprios autores julgam de menor grandeza.

Nesse contexto, pretendemos aqui realizar uma reflexão sobre os desafios do trabalho editorial, à luz da nossa experiência como editores da Revista *Pensar a Prática*, considerando, simultaneamente, dificuldades cotidianas do trabalho editorial, bem como as incidências das macropolíticas científicas e de educação superior sobre esta atividade. Ambos os tipos de problemas estão relacionados, como tentaremos demonstrar, repercutindo muito diretamente sobre o processo e a configuração final de um periódico científico (tabela 1).

Os dados da Revista *Pensar a Prática*, após 16 anos de publicação ininterrupta, mostram uma intensificação de todos os seus números, indicando mudanças significativas para a organização de seu cotidiano. Entre 1998 e 2012, a revista publicou 30 fascículos. Até 2003, publicava-se um número por ano, com uma média de 13 artigos por número. Apenas a partir de 2004, no momento em que se publica, pela primeira vez, dois fascículos ao ano, a revista passou a ser classificada pelo *Qualis* CAPES, situando-se no extrato B4. Daí em diante, registra-se crescimento progressivo do número de fascículos por ano, do número de artigos publicados e, sobretudo do número de submissões. Em 2008, a revista se torna quadrimestral, e no ano seguinte, recebe nova classificação no *Qualis* CAPES, situando-se, dessa vez, no extrato B3. Imediatamente, o número de artigos publicados passa de 33, em 2008, para 39, em 2009 – possibilidade exequível apenas por causa do sensível aumento do número de submissões, que já se notava naquele momento. O ingresso da revista em novas bases de dados nesse período – o LILACS notadamente – cria uma expectativa positiva junto à comunidade, uma vez que esta base de dados é relativamente bem valorizada nos critérios de classificação do *Qualis* CAPES. O número de submissões, então, salta de 139 artigos em 2009, para 220 em 2010. Em 2011, foram 261 submissões, enquanto que, em 2012, registraram-se 311, superando todas as nossas expectativas, que já eram positivas.

O incremento nestes números da revista demonstra uma nova forma de ação dos pesquisadores do campo da Educação Física, que vão gradativamente intensificando sua produção científica. Pesquisadores dessa área parecem estar assumindo novo *habitus* em relação à atividade acadêmica, onde a comunicação dos resultados de pesquisa incorpora-se mais intensivamente aos seus cotidianos de trabalho, constituindo um modo de atuação profissional mais propriamente científico.

O crescimento do número de manuscritos submetidos também indica uma ampliação da confiança na Revista *Pensar a Prática* como veículo para divulgação do conhecimento novo. Outro indicativo nesse sentido é o número de acesso aos artigos publicados, que também são expressivos. Muitos artigos da revista recebem milhares de acessos. Alguns chegam a atingir proporções que oscilam entre sessenta e oitenta mil acessos. Curiosamente, o número de visitas aos artigos tem tendido a ser menor com o passar dos anos, o que talvez reflita o aumento do número de periódicos disponíveis *on line*, ou a intensificação do trabalho acadêmico, que pode diminuir o tempo de

Tabela 1 Total de submissões de manuscritos por ano (2009-2013).

Ano	Número de submissões
2009	135
2010	220
2011	261
2012	311
2013	309 ^a
Total	1.236

^a Em 2013, as submissões ficaram suspensas por 3 meses, de fevereiro a abril.

pesquisa disponível, como se cada pesquisador estivesse tão empenhado em produzir seus próprios artigos, não lhe sobrando tempo para consultar com mais frequência artigos de seus pares.

Todo esse crescimento, em suma, é bastante ilustrativo das transformações pelas quais tem passado a Revista *Pensar a Prática* ao longo dos anos, embora isso não diga tudo, pois os números precisam ser compreendidos num contexto mais amplo das políticas científicas e de educação superior. Parte desse contexto refere-se a relação dos periódicos com os indexadores, mas também da relação dos pesquisadores com as agências de fomento e de avaliação, questões centrais para as políticas editoriais, no nosso ponto de vista.

Totalmente diferente das noções de neutralidade e imparcialidade evocadas pelos mecanismos internacionais de avaliação científica, há mesmo uma ampla e complexa economia política implicada nesse processo. No caso brasileiro, a centralidade ocupada pelo *Qualis* Capes e pelos próprios mecanismos de avaliação de desempenho adotados no âmbito do sistema das pós-graduações tem sido determinante para o comportamento dos pesquisadores. Além disso, iniciativas, atualmente em curso, para a consolidação de uma política de avaliação no ensino superior também serão importantes nesse processo.

Políticas de avaliação, de modo geral, tendem a estar fundamentadas em métricas de produtividade, supondo maior eficácia e factibilidade. Apesar dessas suposições, tais mecanismos representam algo totalmente dependente dos critérios através dos quais eles próprios se selecionam, pois avaliações sempre implicam a eleição de valores, a mobilização de julgamentos subjetivos, além do estabelecimento de critérios mais ou menos arbitrários. Avaliações de natureza puramente quantitativas, afinal, não são capazes de aquilatar a excelência acadêmica (Seglen, 1997). Discussões sobre paradigmas de políticas científicas têm reconhecido que instrumentos e critérios únicos – o que também se aplica aos critérios quantitativos, obviamente – têm validade e eficácia questionáveis (Velho; Souza-Paula, 2008).

Lindsay Waters (2006), por exemplo, em reflexão sobre os significados mais profundos da produção científica, afirmou que o incentivo infinito ao número e a quantidade de publicações constituiu-se como produto direto de uma mudança estrutural pela qual passaram as universidades e os centros de pesquisa a partir de dado momento.

Nomeadamente, Waters refere-se à subordinação das prerrogativas características à criação intelectual aos princípios de organização burocrática e controle administrativo, para quem aquilo que não pode ser mensurado não existe. A lógica racional da administração burocrática, inteiramente alheia às necessidades propriamente acadêmicas, impõe a simplificação e a padronização. Assim, políticas avaliativas exclusivamente quantitativas representam, em última instância, a burocratização e a mecanização do trabalho científico, reduzindo a complexidade da realização científica a um problema de contabilidade.

No âmbito específico da Educação Física brasileira, a adoção de índices bibliométricos como parâmetro único para avaliação de desempenhos científicos é ainda mais discutível. Nesse campo de estudos, duas formas radicalmente distintas de conduzir o trabalho científico convivem de maneira geralmente tensa e pouco harmoniosa. De um lado, pesquisas ligadas às chamadas “ciências duras”, do ramo da medicina do esporte, da fisiologia do esforço, da biomecânica, etc.; de outro lado, pesquisas ligadas às Ciências Humanas e Sociais, cuja capacidade de internacionalização, isto é, de se fazer presente em periódicos indexados em bases de dados como as do *Institute for Scientific Information* (ISI), por vários motivos, é mais limitada do que outras áreas do conhecimento, mesmo entre pesquisadores geopoliticamente bem posicionados. Segundo Fiorin (2007), apenas 8% da produção das Ciências Humanas realizadas nos Estados Unidos, França e Inglaterra tem difusão internacional. Nem o fato de livros de Ciências Sociais publicados em inglês e francês estarem entre os mais traduzidos do mundo ajuda a alavancar esse potencial.¹ Ainda segundo Fiorin (2007, p. 275), “o que é realizado em Ciências Humanas em países como o Japão e a Coreia [que tem participação mais expressiva que o Brasil na produção científica mundial] é praticamente inexistente em termos de circulação internacional”.

Para dimensionar melhor os efeitos potencialmente negativos da adoção de parâmetros bibliométricos para avaliação científica em Educação Física, cite-se que dos 121 jornais na área de Ciências do Esporte disponíveis no *Web of Science* entre 2008 e 2009, a maioria esmagadora (82%) estava entre aqueles que estabelecem relações com as “ciências duras”. Do mesmo modo, entre aqueles periódicos com os melhores “fator de impacto”, destacam-se sempre os que se encontram nessa mesma esfera: *Sports Medicine* (5.1), *Sports and Exercise* (4.1), *Exercise American Journal of Physiology* (3.9), *American Journal of Sport Medicine* (3.8), *British Journal of Sports Medicine* (3.5), e assim por diante (Hopkins, 2011). Assim, ao eleger um único indexador como padrão de medida para a avaliação de todas as áreas e especialidades, a CAPES acaba por condenar várias delas ao subdesenvolvimento. É precisamente este o caso das pesquisas em Educação Física no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

A adoção de padrões universalistas de cientificidade, subsumidos na ideia da excelência acadêmica, tem gerado ainda outros tantos efeitos imprevistos. Em primeiro lugar, critérios de avaliação exclusivos ao ambiente de trabalho científico estendem-se pouco a pouco a outras esferas do trabalho acadêmico, como avaliação de desempenho docente ou mesmo a contratação de professores. Tudo agora tende a subordinar-se a mecanismos de avaliação criados para outros fins que não aqueles para os quais eles são empregados em alguns casos. Outro efeito imprevisto desse processo é a relativa, mas progressiva, esterilização do potencial crítico e criativo das publicações científicas. A publicação deixa de ser a decorrência da pesquisa, para a pesquisa realizar-se visando à publicação, numa clara inversão das motivações que deveriam orientar o trabalho investigativo e a comunicação científica. Como consequência, a própria organização do trabalho científico desenvolve uma espécie de dependência funcional para com os mecanismos de avaliação, tornando-os, mais do que procedimentos avaliativos, esferas de consagração, reconhecimento e legitimação (Arruda, 1999). Conforme anotaram Amílcar Davyt e Léa Velho (2000, p. 7), “nas bases de dados internacionais, tem se gerado o que se pode denominar uma retificação de um sistema universal de avaliação da qualidade científica”. A retificação desse sistema, ainda segundo os autores, despreza as “diferenças significativas na organização, no sistema de comunicação e no comportamento dos cientistas das diferentes áreas do conhecimento, de diferentes países, e de naturezas diferentes da pesquisa básica ou aplicada”. Denise Leite (2011, p. 7), comentando o assunto, concluiu, em sentido semelhante, que os “rankings geram indicadores, sistemas de indicadores e índices que podem ser cientificamente contestados e questionados”.

O ISI, detentora do que se apresenta como a mais importante e influente base de dados para pesquisa em todo o mundo (*Web of Science*), é um bom exemplo para ilustrar o assunto. Um dos fundamentos da base de dados ISI é a lei de Bradford. Desde os meados da década de 1930, Bradford vinha registrando que os principais trabalhos científicos de qualquer disciplina concentravam-se sempre dentro de um número reduzido de periódicos. Pouco depois, tal conclusão foi sintetizada e sistematizada por ele mesmo no que hoje é a lei que recebe o seu nome (Pinheiro, 1983). Mesmo com diferenças entre as disciplinas, segundo postulou Bradford, poder-se-ia cruzar assuntos, títulos e especialidades, de modo a dissipar o “caos documentário” dos índices e resumos e estabelecer um núcleo essencial de revistas que formariam, então, a base principal de toda a literatura científica disponível. Levantamentos a partir desse princípio geral apontaram que aproximadamente 150 revistas respondem por metade do que é citado e 25% do que é publicado. Assim, duas mil revistas abrangem 85% dos artigos publicados e 95% dos artigos citados (Testa, 1998).

De acordo com o raciocínio implícito neste argumento, esses seriam os motivos pelos quais uma base de dados formada por esses periódicos pode e deve ser tomada como a mais importante e influente do mundo. Todavia, um conjunto de outros fatores intervém na determinação dessas coleções. Primeiro, de maneira mais óbvia, o tamanho da comunidade de pesquisadores e o próprio

¹ No Brasil, 10° país que mais traduz livros no mundo, 12% de todos os livros publicados em 2006 eram traduções. Desse total, 64% foram traduções de originais em inglês, e 54% traduções de livros de Ciências Sociais, o quarto gênero de livros mais vendidos no Brasil, atrás das obras religiosas, literárias, da Filosofia e Psicologia (Wainberg, 2009).

volume da produção científica decorrente daí. Mais de 70% da produção científica mundial é realizada nos Estados Unidos, Comunidade Europeia e Japão (Castiel; Sanz-Valero; Mel, 2007, p. 3041). Um maior número de atores, com maior disponibilidade de recursos, tem mais condições de se fazer visível. Os recursos disponíveis, aliás, é outro fator envolvido. De acordo com dados apresentados por Renato Ortiz (2004, p. 17), no *Social Sciences Citation Index* (SSCI), trabalhos oriundos de países de alta renda representam 97% de todos os trabalhos disponíveis nessa fonte, ao passo que trabalhos oriundos de países de renda média representam 2,3%, e os de baixa renda apenas 0,7%. Concomitantemente, o inglês representa 79% de todos os trabalhos dessa mesma base de dados. Assim, para se fazer conhecer, é preciso, antes de tudo, exprimir-se de acordo com um conjunto de condições pré-determinadas, ainda que implícitas. Segundo Ortiz (2004, p. 13):

“O corpus literário, funcionando como padrão de referência, é legitimado mundialmente somente quando disponível em inglês [...] As bases de dados, apesar de serem consideradas por muitos como representativas da produção científica, na verdade formam uma projeção distorcida do que realmente acontece. Grande parte do que é produzido é simplesmente ignorado pelo fato de não estar formalizado e formatado em informação imediatamente disponível, ou seja, compreensível para um conjunto amplo de pessoas.”

Discutindo as relações da saúde pública com as bases bibliográficas “internacionais”, Carlos Coimbra Jr. (1999, p. 887) destacou como certos assuntos podem gerar mais interesses do que outros, favorecendo ou dificultando sua publicação e conseqüente citação em periódicos e bases de dados tidas como mais relevantes. Segundo ele, “um estudo sobre doença de Chagas jamais poderia vir a se tornar um *hot paper* do ISI, pois, simplesmente, trata-se de uma endemia que, essencialmente, diz respeito à América Latina e cujo estudo não está na pauta de prioridades de investigação dos centros europeus ou norte-americanos” (p. 887). Ou seja, uma vez que os centros de pesquisa da Europa e dos Estados Unidos têm participação na produção científica mundial muito maior que os demais países, estarem de acordo com suas agendas de discussões e interesses temáticos é fundamental para o sucesso ou o fracasso de um artigo nos rankings de citação.

Outro aspecto crítico para eleição e priorização de determinadas bases de dados vem das suas relações com grandes conglomerados empresariais. A famosa base de dados do ISI, *Web of Science*, é mais um das dezenas de produtos *Thompson Reuters*, empresa que se especializou em *softwares* governamentais, empresariais, educacionais, científicos e tecnológicos, que podem estar identificados sob o signo da “gestão do conhecimento”. A empresa também produz e edita alguns dos mais prestigiados periódicos científicos de diferentes campos do conhecimento. É também a mesma empresa que avalia todos os periódicos que desejem se manter ou ser indexados nessa base de dados. Por tudo, a *Thompson Reuters* tornou-se um dos mais fortes conglomerados empresariais do mundo, tanto por seu capital quanto pelo tipo de produto que comercializa. Entre outros produtos e serviços, a *Thompson Reuters* avalia, com

credibilidade mundial, o “risco país” com base nas métricas de produtividade, além de ter se tornado uma das maiores agências de notícias de alcance global, sobretudo no mercado financeiro (Artero; Moraes, 2008; Gaitán; Lopez, 2010).

A recomendação generalizada por este indexador acaba por fechar um circuito muito favorável a empresa, mas que pode ser seriamente nocivo aos interesses da política editorial de uma revista, ou mesmo aos interesses políticos de uma nação. O incentivo governamental a publicação em periódicos cujo acesso geralmente é caro e restrito, inteiramente fora do controle do próprio governo que financia as pesquisas, é no mínimo paradoxal, para não dizer inteiramente irracional. Sobretudo quando se dispõe de um indexador próprio, criado e controlado nacionalmente, em conformidade aos melhores parâmetros de rigor científico, de acesso gratuito e com uma coleção bibliográfica de periódicos brasileiros superiores aos daquelas disponíveis em outros indexadores. É este o caso do *SciELO*, criado em 1997, com infraestrutura institucional na Universidade Federal de São Paulo: instituição de educação superior pública e brasileira. De certo modo, tal como acontece historicamente em vários ramos da economia, a supervalorização de indexadores estrangeiros na avaliação da produção científica nacional, ao invés do necessário fomento à soberania, significa o incentivo deliberado a mais uma forma de dependência.

Uma das mais recentes facetas desse processo é o Projeto de Lei nº 4372/2012 que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação que tem por finalidade supervisionar e avaliar instituições e cursos de educação superior, além de certificar entidades beneficentes que atuem na educação básica e superior. Este instituto assumirá grande parte das funções do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, instituição que até o momento tem sido responsável pela avaliação e acompanhamento do ensino superior no país. A criação dessa autarquia consolida no Brasil a separação entre as tarefas de avaliação do ensino superior e a de constituição e implementação de políticas educacionais.

Essa tendência é internacional – com compromisso de adesão do governo brasileiro, que tem se manifestado nesse sentido junto à *Red Iberoamericana para la Acreditación de la Calidad de la Educación Superior* – graças a intermediação de um conjunto de agências regionais de alcance transnacional.² Entre elas, a *Global Initiative for Quality Assurance Capacity* (GIQAC), criada em 2008, em Paris, por iniciativa do Banco Mundial e da UNESCO, que, quatro anos apenas depois da sua fundação, já contava com a vinculação da quase totalidade dos países do mundo, através de suas agências e institutos de avaliação (fig. 1). O sucesso da iniciativa consolidou uma grande rede de padronização de critérios de competência para a creditação de instituições

² Atualmente, cada continente conta com agências organizadas para esta finalidade. Na África, há a *Association of African Universities* e a *African Quality Assurance Network*; nos Estados Árabes, a *Arab Network for Quality Assurance in Higher Education*; na Ásia e no Pacífico, a *Asia-Pacific Quality Network*; no Caribe, a *Caribbean Area Network for Quality Assurance in Tertiary Education*; na Europa, a *European Association for Quality Assurance in Higher Education*.



Figura 1 Países vinculados ao GIQAC/UNESCO (2011).
Fonte: GIQAC/UNESCO.

acadêmicas. Assim, o modelo de avaliação da pós-graduação – que já vem sendo criticado em função de suas métricas de produtividade – e não por uma avaliação de competência ou eficácia – tende, gradativamente, a instalar-se no ensino de graduação, em que pese outras possibilidades de aferição. Coincidentemente ou não, os indicadores usados para essas avaliações provêm de fontes de grandes organismos globais, tais como a *Organisation for Economic Co-operation and Development*, a UNESCO, o Banco Mundial, mas também de indicadores bibliométricos produzidos através de indexadores científicos, especialmente, o *Web of Science* (Leite, 2011).

Argumenta-se que da quantidade extrai-se a qualidade, o que apenas em parte é verdadeiro. É certo, por exemplo, que comunidades científicas de língua inglesa são capazes de produzir trabalhos cientificamente originais e inovadores, não apenas porque nessas comunidades se encontrem cientistas inevitavelmente mais capazes, mas fundamentalmente porque ali se encontra um volume total de trabalho científico quantitativamente superior. No entanto, comparações entre os índices de produtividade científica de diferentes países costumam tomar números absolutos, não relativos. Menciona-se, por exemplo, que os Estados Unidos respondem pela maior quantidade de artigos em periódicos indexados (leia-se, publicados em revistas da coleção *Web of Science*): 288.714 artigos em 2005. Enquanto isso, diz-se, o Brasil registrara no mesmo ano “apenas” 15.777 artigos, 1,8% do total (Fiorin, 2007). Entretanto, pouco ou nada se considera desse volume *per capita*. Os Estados Unidos têm 1,4 milhão de cientistas, índice de 9,5 cientistas em tempo integral para cada mil pessoas. No Brasil, esse número é de 129 mil cientistas, proporção de 1 para 1.000, quase dez vezes menos, portanto (Tavares, 2013). Por outro lado, cada cientista nos Estados Unidos produz, em média, 4,8 artigos em periódicos da coleção do *Web of Science* por ano, ao passo que cada cientista no Brasil produz 8,1 artigos em periódicos nessa situação, quase o dobro da produtividade, portanto. Não seria este um dos motivos para os tímidos desempenhos da ciência brasileira, quando analisada sob parâmetros que não o do aumento do número de *papers* publicados no estrangeiro? Um pesquisador dos Estados Unidos vencedor do prêmio Nobel de medicina pode exibir

um índice médio de produtividade quase dez vezes menor que a de um pesquisador bem reputado nos sistemas de avaliação científica do Brasil – país que nunca ganhara um prêmio Nobel (Rodrigues, 2007).

Comunidades científicas anglo-saxãs são enormes, e o são, justamente, porque comunidades acadêmicas falantes de outras línguas subordinam-se cada vez mais aos imperativos da língua franca, elegendo periódicos publicados fora de seus países, sob controle de empresas estrangeiras e disponíveis em outras línguas que não as suas próprias. Tudo isso, no fim, tende apenas a tornar ainda menores as chances de *desenvolvimento significativo* da ciência produzida fora dos eixos geopolíticos já consagrados.

A superação desse cenário exige posturas ambíguas, por vezes de difícil equacionamento prático. De um lado, comunidades acadêmicas isoladas tendem a se empobrecerem, privando-se da possível desestabilização heurística decorrente do convívio e do confronto com outras realidades empíricas, o que torna desejável, senão necessário, esforços de integração internacional. De outro lado, porém, dificilmente poder-se-á induzir saltos de qualidade científica renunciando-se à autonomia intelectual ou a soberania política nacional. Desenvolvimento científico independente é pedra angular para os interesses estratégicos de uma nação. Também não se fará isso através da intensificação do ritmo de produção científica, pois trabalhos originais e inovadores requerem tempo, paciência e dedicação. Não se fazem às pressas.

A política editorial adotada pelas revistas é crucial para a determinação dos rumos desse processo. *Pensar a Prática* científica e de publicação é tarefa urgentíssima para enfrentar os desafios acadêmicos cotidianos, assim como os de médio e longo prazo, de alcance regional, nacional ou internacional.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

- Arruda, M. A. N. A nova política de Pós-Graduação no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 219-229, out., 1999.
- Artero, J. P.; Moraes, R. Opciones estratégicas de las agencias de noticias europeas: Reuters, France Presse y EFE. *Revista Comunicación y Sociedad*, Madrid, v. 21, n. 1, p. 53-79, 2008.
- Carpinteiro, O. A. S. Competências segundo métricas de produtividade: uma análise e consequências. Disponível em: <<http://democracia-e-transparencia-em-ct.blogspot.com.br/2011/09/competencia-segundo-metricas-de.html>>. Acesso em: 18 nov. 2012.
- Castiel, L. D.; Sanz-Valero, J.; Mel, R. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-2050, dez. 2007.
- Coimbra Jr., C. E. A. Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 883-888, out./dez. 1999.
- Davyt, A.; Velho, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. *História, ciência, saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 93-116, mar./jun. 2000.

- Fiorin, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.
- Gaitán, K. A. M.; Lopez, E. A. La legitimación de la ciencia social en las bases de datos científicas más importantes para América Latina. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, vol. 51, jul/dez. 2010.
- Hopkins, W. G. Impact Factors of Journals in Sport and Exercise Science and Medicine for 2011. *Sportscience*, v. 15, p. 15-17, 2011.
- Leite, D. Avaliação, acreditação, rankings e indicadores de qualidade: implicações para a internacionalização das Universidades. *Actas del Simposio Pensar la Universidad en sus Contextos: Perspectivas Evaluativas*. Concepción del Uruguay, Argentina, 2011. Disponível em: http://fcecoordinacioneducacion.files.wordpress.com/2012/04/denise-leite_panelista.pdf. Acesso em: 13 abr. 2013.
- Lemos, A. A. B. Publicar e perecer. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 7-8, 2005.
- Ortiz, R. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 5-22, fev. 2004.
- Pinheiro, L. V. P. Lei de Bradford: uma reformulação conceitual. *Ciência da informação*, Brasília, vol. 12, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1983.
- Rocha-e-Silva, M. Carta Aberta ao Presidente da Capes: o novo Qualis, que não tem nada a ver com ciência do Brasil. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, Barueri, v. 21, n. 4, p. 275-278, 2009.
- Rodrigues, L. O. C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 35-48, 2007.
- Rodrigues, L. O. C. O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 375-379, 2010.
- Salomon, M. Produção científica cresce 133% em 10 anos no país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de julho de 2008.
- Seglen, P. O. Why the impact factor of journal should not be used for evaluating research. *BMJ*, London, v. 314, fev. 1997.
- Tavares, O. Para crescer, Brasil precisa de mais cientistas e no lugar certo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 de fevereiro de 2013.
- Testa, J. A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. *Ciência da informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 233-235, maio/ago., 1998.
- UNESCO. Education. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/higher-education/quality-assurance/giqac/objectives-and-scope/>. Acesso em 18 dez. 2011.
- Vaz, A. F.; Taborda de Oliveira, M. A. Os períodos e suas políticas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 31, n. 3, p. 7-9, maio, 2010.
- Velho, L.; Souza-Paula, C. Introdução. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008, p. 9-18.
- Waters, L. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: UNESP, 2006.
- Wainberg, J. A. O viés ideológico das traduções de livros no Brasil: o caso do terrorismo e do fundamentalismo islâmico. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 49-81, mar., 2009.